

Positivo Tecnologia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Positivo Tecnologia S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de vendas de produtos

Veja as notas explicativas 2.21.(a) e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As principais fontes de receita da Companhia são as vendas de produtos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto aos clientes, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – <i>Revenue from contract with customer</i>).</p> <p>A transferência de controle dos produtos ocorre quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Consequentemente, no final de cada exercício, a Companhia mensura o montante das vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes. A mensuração do montante dos produtos em trânsito é calculada com base nas respectivas datas de entrega nas instalações em que os clientes estão localizados.</p> <p>Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho e implementação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas;- avaliação, com base em uma amostra, dos comprovantes de entrega e aceite dos produtos pelos clientes;- avaliação, com base em uma amostra, dos produtos em trânsito, por meio de comprovantes de entrega subsequentes à 31 de dezembro de 2021 e pelos respectivos pedidos de venda;- avaliação sobre as divulgações relevantes relacionadas ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos nas demonstrações financeiras. <p>Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de produtos, incluindo a mensuração preparada pela administração sobre o montante das mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	287.152	500.734	359.007	544.162	Fornecedores	17	870.647	484.963	1.186.214	562.210
Instrumentos financeiros derivativos	32	4.482	4.474	4.482	4.474	Empréstimos e financiamentos	18	390.072	437.298	400.196	461.373
Contas a receber	6	624.475	540.810	762.625	698.044	Instrumentos financeiros derivativos	32	-	8.727	-	8.727
Estoques	7	1.201.256	558.483	1.690.347	645.750	Salários e encargos a pagar		35.068	30.756	38.387	33.263
Contas a receber com partes relacionadas	10	196.153	66.633	14.502	20.410	Passivo de arrendamento	15.a	7.874	8.452	9.115	9.292
Impostos a recuperar	8	142.639	178.156	157.222	183.356	Provisões	19	138.024	124.143	158.080	141.362
IRPJ e CSLL		14.717	35.435	18.803	37.680	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	5.985	5.412	5.985	5.412
Adiantamentos diversos		38.209	37.343	56.229	48.753	Tributos a recolher		32.137	23.656	52.814	32.037
Outros créditos	9	52.873	27.225	56.823	28.608	Dividendos a pagar	24.f	47.611	48.609	47.611	48.609
		2.561.956	1.949.293	3.120.040	2.211.237	Receita diferida	8 e 20	4.759	7.492	5.753	7.492
						Contas a pagar com partes relacionadas	10	9.810	7.477	7.45	1.213
						Outras contas a pagar	21	19.455	45.569	32.751	59.942
								1.561.442	1.232.554	1.937.651	1.370.932
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	18	481.729	279.061	500.406	301.561
Impostos a recuperar	8	275.650	275.380	275.722	275.415	Passivo de arrendamento	15.a	23.754	28.921	26.525	31.839
Tributos diferidos		-	-	624	599	Provisões	19	46.211	19.306	46.211	19.306
Outros créditos	9	63.240	60.984	63.636	61.571	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	39.584	34.497	39.584	34.497
		338.890	336.364	339.982	337.585	Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	-	3.440	4.393
						Provisão para perda em investimentos	11 e 14 .a	475	1.273	475	457
						Tributos diferidos		-	-	654	-
						Outras contas a pagar	21	98	687	17.529	28.512
								597.478	363.745	634.824	420.565
						TOTAL DO PASSIVO		2.158.920	1.596.299	2.572.475	1.791.497
Investimento em controladas	11	302.880	200.629	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	14	-	-	37.942	38.538	Capital social	24.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Investimento em coligadas e outros	12 e 13	26.789	18.001	76.284	53.154	Reserva de capital	24.b	119.939	119.411	119.939	119.411
Imobilizado	15	72.456	73.590	92.894	86.298	Reserva de lucros	24.c	361.419	211.233	361.419	211.233
						Ajuste de avaliação patrimonial	24.d	(10.069)	(17.075)	(10.069)	(17.075)
Intangível	16	27.780	40.336	86.994	97.823	Ações em tesouraria	24.e	(21.128)	(13.325)	(21.128)	(13.325)
		429.905	332.556	294.114	275.813	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.171.831	1.021.914	1.171.831	1.021.914
						Participação de acionistas não controladores		-	-	9.830	11.224
						Patrimônio líquido total		1.171.831	1.021.914	1.181.661	1.033.138
TOTAL ATIVO		3.330.751	2.618.213	3.754.136	2.824.635	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.330.751	2.618.213	3.754.136	2.824.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	
RECEITA LÍQUIDA	25	3.110.312	1.991.623	3.365.487	2.192.173
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	26	(2.466.596)	(1.609.151)	(2.596.881)	(1.743.427)
LUCRO BRUTO		643.716	382.472	768.606	448.746
Despesas com vendas	26	(350.916)	(253.994)	(363.763)	(272.919)
Despesas gerais e administrativas	26	(133.714)	(125.773)	(163.437)	(136.782)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	38.677	227.604	57.585	237.507
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 14	82.469	23.544	4.158	1.124
		(363.484)	(128.619)	(465.457)	(171.070)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		280.232	253.853	303.149	277.676
Receitas financeiras	28	40.498	56.497	43.706	59.756
Despesas financeiras	28	(144.857)	(92.375)	(158.768)	(100.576)
Variação cambial, líquida	28	24.385	48.895	20.150	35.533
		(79.974)	13.017	(94.912)	(5.287)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		200.258	266.870	208.237	272.389
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(14.359)	(4.712)	(15.139)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	(61.540)	(629)	(61.408)
		-	(75.899)	(5.341)	(76.547)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		200.258	190.971	202.896	195.842
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	200.258	190.971
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	2.638	4.871
LUCRO POR AÇÃO - R\$					
Básico	29	N/A	N/A	1,4287	1,4024
Diluído	29	N/A	N/A	1,4234	1,4005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		200.258	190.971	202.896	195.842
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	11	6.025	18.329	6.025	18.329
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	11 e 14	51	1.364	51	1.364
Positivo Argentina S.R.L		42	(36)	42	(36)
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	32	888	720	888	720
		7.006	20.377	7.006	20.377
Resultado abrangente do exercício		207.264	211.348	209.902	216.219
Resultado abrangente atribuído aos controladores				207.264	211.348
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				2.638	4.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora e Consolidado										
Nota	Capital Social	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		389.000	118.132	1.158	(37.452)	68.606	81	(12.501)	-	527.024	7.868	534.892
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	190.971	190.971	4.871	195.842	
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa		-	-	720	-	-	-	-	720	-	720	
Ajuste acumulado de conversão	11 a 14	-	-	19.657	-	-	-	-	19.657	-	19.657	
Total de resultado abrangente		-	-	20.377	-	-	-	190.971	211.348	4.871	216.219	
Aumento de capital	24.a	353.700	-	-	-	-	-	-	353.700	-	353.700	
(-) Gastos com emissão de ações	24.a	(21.030)	-	-	-	-	-	-	(21.030)	-	(21.030)	
Exercício/cancelamento de Opções	33	-	(310)	-	(373)	-	1.077	-	394	-	394	
Opções outorgadas reconhecidas		-	431	-	-	-	-	-	431	-	431	
Dividendo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(48.055)	(48.055)	-	(48.055)	
Dividendo restituído a reserva de incentivos fiscais		-	-	-	3	-	-	-	3	-	3	
Apropriação do lucro do exercício	24.c	-	-	-	132.799	10.117	-	(142.916)	-	-	-	
Ações em tesouraria	24.e	-	-	-	-	-	(1.901)	-	(1.901)	-	(1.901)	
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.515)	(1.515)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		721.670	118.132	1.279	(17.075)	201.035	10.198	(13.325)	-	1.021.914	11.224	1.033.138
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		721.670	118.132	1.279	(17.075)	201.035	10.198	(13.325)	-	1.021.914	11.224	1.033.138
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	200.258	200.258	2.638	202.896	
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa	32	-	-	888	-	-	-	-	888	-	888	
Ajuste acumulado de conversão	11 a 14	-	-	6.118	-	-	-	-	6.118	-	6.118	
Total de resultado abrangente		-	-	7.006	-	-	-	200.258	207.264	2.638	209.902	
Exercício de Opções	33	-	(947)	-	(2.511)	-	6.829	-	3.371	-	3.371	
Opções outorgadas reconhecidas	33	-	1.475	-	-	-	-	-	1.475	-	1.475	
Dividendo obrigatório	24.f	-	-	-	-	-	-	(47.561)	(47.561)	-	(47.561)	
Apropriação do lucro do exercício	24.e	-	-	-	142.684	10.013	-	(152.697)	-	-	-	
Ações em tesouraria	24.e	-	-	-	-	-	(14.632)	-	(14.632)	-	(14.632)	
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.032)	(4.032)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		721.670	118.132	1.807	(10.069)	341.208	20.211	(21.128)	-	1.171.831	9.830	1.181.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		200.258	190.971	202.896	195.842
Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) gerado nas operações:					
Depreciação e amortização	26	39.135	40.906	42.344	46.102
Equivalência patrimonial	11 a 14	(82.469)	(23.544)	(4.158)	(1.124)
Ganho no valor justo e ajuste a valor presente		(29.239)	(23.140)	(35.656)	(23.551)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	11.488	4.717	11.488	4.717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	7.261	10.974	7.401	11.252
Provisão para perdas com estoques	7	10.738	19.924	20.827	23.802
Provisões e receitas diferidas		38.053	64.144	41.884	71.107
Stock options	33	1.475	431	1.475	431
Encargos sobre empréstimos e contratos de arrendamento		84.101	58.855	89.200	61.796
Variação cambial		3.382	(6.260)	6.743	(5.967)
Juros sobre impostos		(16.401)	(31.810)	(16.506)	(31.810)
Ganho na alienação de Imobilizados		(3.458)	-	(3.458)	-
Ganhos em processos administrativos e judiciais	8	(10.476)	(217.589)	(14.734)	(221.376)
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	22	-	75.899	5.341	76.547
		253.848	164.478	355.087	207.768
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(92.413)	(347.579)	(7.4514)	(451.149)
Estoques		(651.803)	(154.952)	(1.061.553)	(190.753)
Impostos a recuperar		80.777	(33.874)	69.167	(37.104)
Adiantamentos diversos		(1.198)	14.967	(7.860)	15.790
Contas a receber de partes relacionadas		(121.560)	(39.144)	9.904	15.296
Outros créditos		(20.839)	11.068	(19.615)	15.352
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		422.990	161.324	659.992	178.231
Obrigações tributárias		8.481	2.888	20.777	8.002
Outras contas a pagar		(22.391)	48.360	(23.041)	55.323
Indenizações		(5.828)	-	(5.828)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento		(63.505)	(38.335)	(68.264)	(40.412)
		(467.289)	(375.277)	(500.835)	(431.424)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(213.441)	(210.799)	(145.748)	(223.656)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Integralização de capital - investida	13	(23.250)	(13.990)	(13.501)	(12.000)
Pagamento por aquisição de controlada	21.b	-	-	(10.009)	(5.331)
Aquisição de imobilizado	15	(16.946)	(7.137)	(27.481)	(9.186)
Aumento do intangível	16	(11.749)	(19.813)	(16.043)	(22.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(51.945)	(40.940)	(67.034)	(48.638)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento do capital social		-	332.670	-	332.670
Pagamentos de dividendos	24.f	(48.559)	(4.003)	(52.591)	(5.518)
Captação de empréstimos	18	689.110	651.535	689.110	698.105
Amortização de empréstimos	18	(569.976)	(609.365)	(588.090)	(658.452)
Pagamento de contratos de arrendamento	15.a	(7.510)	(7.674)	(8.604)	(8.415)
Recuperação de ações	24.e	(14.632)	(1.901)	(14.632)	(1.901)
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	33	3.371	394	3.371	394
Caixa líquido, gerado pelas atividades de financiamento		51.804	361.656	28.564	356.883
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(937)	(1.141)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(213.582)	109.917	(185.155)	83.448
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	500.734	390.817	544.162	460.714
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	287.152	500.734	359.007	544.162
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(213.582)	109.917	(185.155)	83.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	3.691.613	2.327.440	3.986.579	2.585.439
Devoluções e descontos comerciais	(136.999)	(66.319)	(153.013)	(62.769)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(93.526)	(64.910)	(91.549)	(64.959)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.261)	(10.974)	(7.401)	(11.252)
Outras receitas	3.314	220.815	22.208	221.329
	3.457.141	2.406.052	3.756.824	2.667.788
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.381.493)	(1.552.880)	(2.467.283)	(1.662.579)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(261.096)	(198.354)	(283.922)	(219.478)
Comissões	(46.146)	(32.702)	(54.883)	(42.179)
Marketing	(35.567)	(27.176)	(36.770)	(29.227)
	(2.724.302)	(1.811.112)	(2.842.858)	(1.953.463)
Valor adicionado bruto	732.839	594.940	913.966	714.325
Depreciação e amortização	(39.435)	(40.906)	(42.344)	(46.102)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	693.704	554.034	871.622	668.223
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	82.469	23.544	4.158	1.124
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	142.589	216.842	162.963	257.334
	225.058	240.386	167.121	258.458
Valor adicionado total a distribuir	918.762	794.420	1.038.743	926.681
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	125.109	95.931	150.692	106.213
Benefícios	28.320	23.291	37.983	27.787
FGTS	9.629	6.357	10.809	7.143
	163.058	125.579	199.484	141.143
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	279.976	243.561	332.645	274.686
Estaduais	46.021	26.580	37.976	47.844
Municipais	3.233	1.960	3.847	2.387
	329.230	272.101	374.468	324.917
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	144.857	92.375	158.768	100.576
Aluguéis	3.653	1.945	4.020	2.158
Variação cambial	77.706	111.449	99.107	162.045
	226.216	205.769	261.895	264.779
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	47.561	48.055	47.561	48.055
Lucro retido	152.697	142.916	152.697	142.916
Parcela dos não controladores no lucro retido	-	-	2.638	4.871
	200.258	190.971	202.896	195.842
Valor adicionado total distribuído	918.762	794.420	1.038.743	926.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumário

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2.	POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
3.	PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS.....	25
4.	NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES.....	27
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	28
6.	CONTAS A RECEBER.....	28
7.	ESTOQUES.....	29
8.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	30
9.	OUTROS CRÉDITOS.....	32
10.	PARTES RELACIONADAS.....	33
11.	INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS.....	34
12.	INVESTIMENTO EM COLIGADAS.....	35
13.	OUTROS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADO).....	36
14.	INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE").....	37
15.	IMOBILIZADO.....	38
16.	INTANGÍVEL.....	40
17.	FORNECEDORES.....	41
18.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	42
19.	PROVISÕES.....	44
20.	RECEITA DIFERIDA.....	45
21.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	46
22.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	47
23.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	47
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	49
25.	RECEITA.....	52
26.	DESPESAS POR NATUREZA.....	52
27.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS.....	53
28.	RESULTADO FINANCEIRO.....	55
29.	LUCRO POR AÇÃO.....	55
30.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	56
31.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	62
32.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	62

33.	PLANO DE RECOMPRA E AÇÕES.....	65
34.	SEGUROS – CONSOLIDADO	67
35.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	67
36.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	67

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma empresa de tecnologia com sede no Brasil, fundada em 1989 e desde dezembro de 2006 tem suas ações (POS13) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, servidores, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, celulares, smartphones e softwares educacionais, e uma linha de produtos voltada para a "internet das coisas".

b) COVID-19

Não foram identificados impactos relevantes referentes a pandemia de Covid-19 nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia continua com as medidas adotadas no início da pandemia, dentre as quais destacamos a manutenção do comitê de combate a crise, trabalho home office para os colaboradores da área administrativa, que representam cerca de 47% do quadro de funcionários, rigoroso controle sanitário nas áreas fabris proporcionando maior segurança aos colaboradores.

A Administração segue monitorando a situação da pandemia no mundo, avaliando quaisquer impactos ou riscos relevantes às operações da Companhia.

c) Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2022.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os

efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	80,00

b) Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da

Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da joint venture.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

c) Coligadas

Uma Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação %			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Coligadas				
Hi Technologies Holding Ltd.	23,00	23,00	28,01	28,01
Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	20,34	-	25,57	-
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	25,83	-	31,52	-
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.				
Hi Technologies S.A.	23,00	23,00	28,01	28,01

d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição:

Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	Participação %	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	20,00	20,00
Agrosmart S.A.	12,40	12,40
Ambar Living S.A.	5,70	5,70
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	13,65	13,65
Pharmalog S.A.	33,00	33,00
Encontre Um Nerd S.A.	8,02	-

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 27 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são varejo, governo e servidores.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "outros investimentos".

b) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
- b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
- c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concederam ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;

- d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto que não consideraria em cenários anteriores ao da pandemia da COVID-19. Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa n.º 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações contábeis.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As notas 30 a 32 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de uma operação em moeda estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge, e a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros

resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Maiores detalhes sobre a instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) estão descritos na nota 32.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de cada operação e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de vendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores

residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

<u>Ativo imobilizado</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Máquinas e equipamentos	15
Benfeitorias sobre imóvel locado	10
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Instalações industriais	13
Edificações	25
Outros imobilizados	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) Ativo intangível gerado internamente em andamento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para

- completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

c) Ativo intangível gerado internamente concluído

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

e) Vida útil ativo intangível:

Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Companhia:

Ativo intangível	Vida útil (anos)
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 5
Software	3 a 5
Licenças de uso	5

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento

é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

O prazo remanescente dos contratos de arrendamento, que são os mesmos períodos em que os ativos de direito de uso serão depreciados, compreendem o período de 10 a 52 meses.

b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas, exceto o crédito financeiro instituído pela Lei 13.969/2019 que é tratado como outras receitas operacionais. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver

sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio.

2.16. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 33.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

2.21. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

a) Receita de vendas

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade dos riscos e do controle dos bens para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas). Excepcionalmente algumas operações são do tipo “faturar e manter” (*bill-and-hold*), onde contratualmente o cliente tem o controle do produto mesmo que ele continue sob a posse física da entidade. Nesse caso, o cliente tem a capacidade de direcionar o uso e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes do produto, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física desse produto.

b) Prestação de serviços

As receitas de serviços são mensuradas com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes e são reconhecidas quando as obrigações previstas forem efetivamente satisfeitas e quando há direito de recebimento dos valores. Dentre os principais serviços prestados pela Companhia destacamos as soluções para a área de tecnologia educacional, consultoria e desenvolvimento de softwares, locação de equipamentos e assistência técnica.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Mensuração do valor justo (notas explicativas 30 e 32)

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas 30 e 32.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 6)

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida

útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

c) Realização dos estoques (nota explicativa 7)

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

d) Impostos a recuperar (nota explicativa 8)

Conforme descrito na nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

e) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento. (notas explicativas 15 e 16)

O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

A Companhia realizou durante 2021, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações necessárias.

f) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 23)

As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações.

As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis.

As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

g) Provisões (nota explicativa 19)

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Alterações às normas com adoção para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, para as quais não há impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/06/2021	O pronunciamento passa a apresentar critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos elementos patrimoniais, de elaboração das demonstrações contábeis pelas entidades em liquidação e de divulgações adicionais.
Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23/IAS 8	01/06/2021	A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas IFRS.
Alteração ao CPC 06/IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	01/06/2021	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19.

Normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 e não adotadas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras, para as quais a Administração não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Norma	Vigência (em ou após)	Tema abordado
Contratos Onerosos - Alterações ao CPC 25/IAS 37	01/01/2022	As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

Imposto diferido - alterações ao CPC 32/IAS 12	01/01/2023	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias
Imobilizado - Alterações ao CPC 27/IAS 16	01/01/2022	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso
Referência à Estrutura Conceitual - Alterações ao CPC 15/IFRS 3	01/01/2022	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989.
Alterações ao CPC16/IAS 1- Classif. de Passivos como Circ. ou Não Circ.	01/01/2023	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo,
IFRS 17 - Contratos de Seguro	01/01/2023	A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos	40.234	12.450	63.908	53.446
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	246.918	488.284	295.099	490.716
	287.152	500.734	359.007	544.162

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 94,99% (101,43% em dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer	415.150	389.013	537.354	522.707
Vencidos até 30 dias	84.294	51.097	87.129	53.282
Vencidos de 31 a 60 dias	28.610	39.924	33.650	44.456
Vencidos de 61 a 90 dias	46.515	11.245	47.852	17.333
Vencidos de 91 a 180 dias	21.305	21.254	22.852	26.713
Vencidos de 181 a 360 dias	18.044	19.558	19.715	21.486
Vencidos há mais de 361 dias	73.781	63.408	78.940	67.093
(-) Provisão para perda de créditos esperadas	(59.412)	(52.364)	(59.951)	(52.642)
(-) Ajuste a valor presente	(3.812)	(2.325)	(4.916)	(2.384)
	624.475	540.810	762.625	698.044

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há

dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperada no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do período	(52.364)	(41.390)	(52.642)	(41.390)
Reversões / Perdas reconhecidas	213	-	92	-
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(7.261)	(10.974)	(7.401)	(11.252)
	(59.412)	(52.364)	(59.951)	(52.642)

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 72% do montante a receber em 31 de dezembro de 2021 (cerca de 71% em 31 de dezembro de 2020).

O período médio de recebimento é de 81 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2020), em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos devem-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 18.134 (R\$ 29.587 em 31 de dezembro de 2020).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Matérias-primas	641.499	266.921	891.763	307.751
Produtos acabados	290.963	184.620	351.339	200.889
Importações em andamento	(a) 232.732	98.595	361.914	113.312
Adiantamentos a fornecedores	119.561	81.108	184.720	102.360
Provisão para perdas com estoques	(b) (83.499)	(72.761)	(99.389)	(78.562)
	1.201.256	558.483	1.690.347	645.750

a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que, na data do encerramento dessas demonstrações financeiras, já haviam sido embarcados pelos fornecedores, entretanto, encontram-se em trânsito e estavam sob a responsabilidade e controle da Companhia.

b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de

utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

Em 2021, as matérias-primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo dos produtos vendidos e serviços prestados' totalizaram R\$ 2.390.202 (2020: R\$ 1.559.017) e R\$ 2.478.105 (2020:R\$ 1.669.707), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	(a)	102.157	106.960	107.952	108.347
IPI		15.323	52.537	15.404	52.592
PIS		2.937	3.082	3.016	3.147
COFINS		11.849	14.025	12.198	14.323
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019 PIS E COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	(b)	37.567	19.472	41.062	22.531
Outros impostos a recuperar	(c)	237.865	223.486	242.229	223.486
		418.289	453.536	432.944	458.771
Parcela no circulante		142.639	178.156	157.222	183.356
Parcela no não circulante		275.650	275.380	275.722	275.415

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

(i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

(ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;

(iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2021 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R\$ 381.625 (R\$ 225.522 em 31 de dezembro 2020) e R\$ 403.391 (R\$ 226.757 em 31 de dezembro 2020), respectivamente, relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa 25) e manteve o valor de R\$ 4.759 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.753

(R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) no passivo, sob a rubrica de receita diferida, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, respectivamente. O valor registrado no passivo será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 16.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

Realização dos créditos fiscais

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira foi reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda foi a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

b) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

A partir de 1 de abril de 2020, entraram em vigor as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019 que alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conhecida como “Lei de Informática”. Com a nova legislação as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício acima mencionado, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R\$ 77.758 (R\$ 39.604 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 87.256 (R\$ 54.091 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

c) PIS e COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo

A Companhia obteve êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de segurança impetrado em 2010, foi julgado favoravelmente à Companhia, e foi transitada em julgado em outubro de 2020.

A referida decisão, autoriza expressamente a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e determina a atualização do indébito pela SELIC, nos termos do art. 39, § 4º da Lei nº. 9.250/95.

Em 2021 a Companhia obteve novas informações que não estavam disponíveis anteriormente e não foram consideradas no levantamento inicial uma vez que não havia razoável certeza para incluir estes elementos na estimativa inicial. Portanto, com base nessas informações a Companhia

registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 montante adicional, que incluiu correções monetárias, no valor total de R\$ 22.448, sendo R\$ 10.476 na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais” e R\$ 11.972 na rubrica de “receitas financeiras” nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 26.812, sendo R\$ 14.735 em “outras receitas (despesas) operacionais” e R\$ 12.077 em “receitas financeiras”, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Realização dos créditos fiscais

A análise de realização dos créditos tributários dos itens (b) e (c) considerou a execução do plano de negócios da Companhia para os próximos períodos, que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas antecipadas	15.001	10.592	16.090	11.481
Depósitos judiciais (a)	68.240	65.960	68.360	66.051
Despesas financeiras (b)	29.737	10.330	31.343	10.596
Outros	3.135	1.327	4.666	2.051
	116.113	88.209	120.459	90.179
Parcela circulante	52.873	27.225	56.823	28.608
Parcela não circulante	63.240	60.984	63.636	61.571

- a) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 55.387 visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para PIS e COFINS, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda nesse processo é remota.
- b) Despesas financeiras a apropriar referente a contratação de carta fiança, cartas de crédito de importação, despesas referentes a emissão de debêntures, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

	Controladora							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	57	6	322	-	-	156	500
Positivo Educacional Ltda.	133	185	-	-	762	211	372	640
Editora Aprende Brasil Ltda.	271	586	248	253	24	207	956	721
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	-	396	-	-	4	142	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	491	638	-	-	5.887	6.372
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	-	-	5.647	5.286	(b)	-	-	-
Boreo Com. de Equipamentos Ltda	3.869	3.869	(b)	8.187	-	-	-	-
Informática Fueguina S.A.	-	208	-	-	-	-	-	-
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-	536	536	-	-	-	-
Crounal S.A.	-	-	322	315	(a)	-	-	-
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	-	-	-	-	-	-
PBG Uruguay S.A.	-	89	-	-	-	-	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda	131.828	23.371	(a)	-	4.359	9.796	745.214	381.223
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	59.054	22.129	(a)	-	(a)	88.509	38.923	23.488
ACC Brasil Indústria e Com. de Computadores Ltda	-	14.802	(a)	-	3.889	91.703	1.487	4.535
	196.153	66.633	15.437	7.477	97.547	140.982	754.428	417.479
Parcela no circulante	196.153	66.633	9.810	7.477	-	-	-	-
Parcela no não circulante	-	-	5.627	-	-	-	-	-

	Consolidado							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	57	6	322	-	-	156	500
Positivo Educacional Ltda.	133	185	-	-	762	211	372	640
Editora Aprende Brasil Ltda.	271	586	248	253	24	207	956	721
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	-	396	-	-	4	142	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	491	638	-	-	5.887	6.372
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	-	-	-	-	-	-
PBG Uruguay S.A.	5.750	7.884	(c)	-	-	-	-	-
Informática Fueguina S.A.	6.050	5.759	(a)	-	-	-	-	-
Sócios não controladores ACC Brasil Ind E Com.	1.300	4.602	(d)	3.440	4.393	(d)	-	-
	14.502	20.410	4.185	5.606	790	560	7.371	8.233
Parcela no circulante	14.502	20.410	7.45	1.213	-	-	-	-
Parcela no não circulante	-	-	3.440	4.393	-	-	-	-

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

- a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

Adicionalmente a Companhia possui com a empresa Boreo Indústria de Componentes Ltda., créditos decorrentes de adiantamentos para aquisição de insumos e rateio de despesas conforme fluxo normal das operações.

- b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, não tem prazo previsto para liquidação.
- c) Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Crounal S.A. apresentava o montante de R\$ 5.750 referente a dividendos a serem recebidos da Joint Venture PBG Uruguay S.A..
- d) O saldo passivo refere-se à captação de recursos realizados pela ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. junto aos sócios não controladores. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2022 a 2024. Os valores são atualizados pela variação positiva do IGP-M. O saldo ativo é referente a distribuição antecipada de lucros realizada aos sócios não controladores.

Remuneração dos Administradores

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 8.963 (R\$ 6.250 em 31 de dezembro de 2021), referente aos benefícios de curto e longo prazo.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		Saldo em 31/12/2020	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Investimentos						
Positivo Smart Tecnologia Ltda.		55.005	-	6.497	51	61.553
Crounal S.A.	(a)	79.939	-	7.755	6.025	93.719
Portal Mundo Positivo Ltda.		685	-	-	-	685
Positivo Argentina S.R.L.	(b)	269	-	1.081	42	1.392
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	(c)	19.748	-	5.871	-	25.619
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(d)	44.983	16.000	7.506	-	68.489
Boreo Industria de Componentes Ltda.	(e)	-	-	51.423	-	51.423
		200.629	16.000	80.133	6.118	302.880

		Saldo em 31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perda em investimentos				
Boreo Industria de Componentes Ltda.	(e)	(816)	816	-
		(816)	816	-

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2021					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	93.574	32.021	61.553	-	6.497
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	109.488	15.769	93.719	110.134	7.755
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	8.761	13.473	(4.712)	-	(885)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	502.795	451.372	51.423	716.225	52.239
Positivo Argentina S.R.L.	2.522	1.130	1.392	3.866	1.081
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	95.801	70.182	25.619	86.835	5.871
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	65.436	26.894	38.542	101.582	11.810
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	74.520	32	74.488	-	7.506
31 de dezembro de 2020					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	96.151	41.146	55.005	-	16.450
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	85.714	5.775	79.939	39.015	(1.797)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	10.005	13.832	(3.827)	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	95.304	96.120	(816)	367.103	1.002
Positivo Argentina S.R.L.	1.643	1.374	269	4.419	150
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	52.104	32.356	19.748	76.591	1.292
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	89.782	51.529	38.253	191.965	20.744
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	48.430	32	48.398	-	1.154

- a) Com sede na cidade Montevideo – Uruguai, a Crounal S.A. tem por objetivo social a revenda componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.
- b) Com sede na cidade de Buenos Aires, a Positivo Argentina S.R.L. tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação. A controlada tem como moeda funcional o peso argentino.

- c) A Positivo Distribuição e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.) iniciou suas operações em julho de 2018, com sede operacional na cidade de Curitiba-PR e tem como atividades principais a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação.
- d) A Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas emergentes de tecnologia.
- e) Boreo Indústria de Componentes Ltda., tem sede na cidade Manaus – AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.
- f) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

12. INVESTIMENTO EM COLIGADAS

		Controladora			
		Saldo em	Resultado de	Aporte	Saldo em
		31/12/2020	equivalência		31/12/2021
			patrimonial		
Coligadas					
Hi Technologies Holding Ltd	(a)	18.001	1.538	-	19.539
Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes (b)	(b)	-	-	3.100	3.100
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	-	-	4.150	4.150
		18.001	1.538	7.250	26.789
Consolidado					
		Saldo em	Resultado de	Aporte	Saldo em
		31/12/2020	equivalência		31/12/2021
			patrimonial		
Coligadas					
Hi Technologies Holding Ltd	(a)	28.154	1.873	-	30.027
Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(b)	-	-	3.898	3.898
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(c)	-	-	5.065	5.065
		28.154	1.873	8.963	38.990

A participação em coligadas está demonstrada na nota 2.2 (c).

- a) Holding que controla a startup Hi Technologies S.A., empresa de tecnologia voltada para área médica, oferecendo serviço especializado de exames laboratoriais através de dispositivos que permitem a realização dos testes de maneira remota.
- b) Em outubro de 2021 de a Positivo Tecnologia S.A. realizou aportes no montante de R\$ 3.100 na Desenvolve Amazônia - Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em outubro e dezembro de 2021, no montante total de R\$ 798.

- c) Em outubro de 2021 a Positivo Tecnologia S.A. fez aportes no montante R\$ 4.150 na Inova IV Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em novembro de 2021, no montante total de R\$ 915.

13. OUTROS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADO)

Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P):

		Consolidado			
		Saldo em	Aporte de	Valor	Saldo em
		31/12/2020	Capital	justo	31/12/2021
<u>Outros investimentos</u>					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(a)	10.277	1.038	(3.657)	7.658
Agrosmart S.A.	(b)	11.723	-	11.184	22.907
Ambar Living S.A.	(c)	1.000	1.000	-	2.000
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	(d)	1.000	-	-	1.000
Pharmalog S.A.	(e)	1.000	1.500	-	2.500
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	(f)	-	1.000	229	1.229
		25.000	4.538	7.756	37.294

		Consolidado			
		Saldo em	Aporte de	Valor	Saldo em
		31/12/2019	Capital	justo	31/12/2020
<u>Outros investimentos</u>					
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(a)	10.416	-	(139)	10.277
Agrosmart S.A.	(b)	11.103	-	620	11.723
Ambar Living S.A.	(c)	-	1.000	-	1.000
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	(d)	-	1.000	-	1.000
Pharmalog S.A.	(e)	-	1.000	-	1.000
		21.519	3.000	481	25.000

A participação em outros investimentos está descrita na nota 2.2 (d).

O ganho (perda) proveniente do valor justo dos investimentos (*fair value*) foi reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

- a) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech), empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte. Em abril de 2021 o F.I.P realizou um aporte adicional de capital nessa investida no montante de R\$ 1.038.
- b) Agrosmart S.A., empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital.
- c) A Ambar Living S.A. desenvolve e fornece soluções inteligentes em tecnologia para otimizar todos os estágios de construção de uma obra. Em maio de 2021 o F.I.P. realizou um novo aporte no montante de R\$ 1.000.

- d) Business Global Consultoria em Agronegócio Ltda., empresas que desenvolve e fornece soluções para controle de fertilização do solo, permitindo ao usuário realizar as configurações do sistema de fertilização, monitorar e controlar a dosagem de insumos.
- e) A Pharmalog S.A. desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura). No ano de 2021 foram realizados nos aportes de capital que totalizaram R\$ 1.500.
- f) Em 24 de março de 2021 o F.I.P. realizou aporte de R\$ 1.000 na empresa Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd) que tem como objeto social a prestação de serviços em tecnologia da informação para empresas com o uso de ferramentas de BPO (Business Process Outsourcing) e RPA (Robot Process Automation).

14. INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

Controladora

<u>Provisão para perda em investimentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(457)	(18)	(475)
	(457)	(18)	(475)

Consolidado

<u>Empreendimento controlado em conjunto</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
PBG Rwanda Limited (a)	3.120	(3.169)	51	-	2
PBG Uruguay S.A. (b)	35.418	5.472	2.467	(5.417)	37.940
	38.538	2.303	2.518	(5.417)	37.942

<u>Provisão para perda em investimentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(457)	(18)	(475)
	(457)	(18)	(475)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

- a) PBG Rwanda Limited, com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.
- b) PBG Uruguay S.A., com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2021					
Informática Fuegoína S.A.	132.084	142.957	(10.873)	49.649	1.150
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	154	629	(475)	-	(18)
PBG Rwanda Limited	594	2.582	(1.988)	3.982	(5.174)
PBG Uruguay S.A.	73.917	35.977	37.940	114.746	5.472
31 de dezembro de 2020					
Informática Fuegoína S.A.	19.953	33.583	(13.630)	18.512	(6.767)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	154	611	(457)	-	2
PBG Rwanda Limited	15.239	12.119	3.120	13.312	(2.918)
PBG Uruguay S.A.	51.002	15.584	35.418	32.322	(2.404)

15. IMOBILIZADO

	Controladora						
	31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020	Adições	Baixa	31/12/2021
Custo							
Máquinas e equipamentos	35.334	1.068	-	36.402	2.762	-	39.164
Benefitorias s/ imóvel locado	18.015	164	-	18.179	342	(22)	18.499
Hardware	4.646	2.518	802	7.966	3.877	-	11.843
Móveis e utensílios	3.348	207	-	3.555	751	-	4.306
Instalações industriais	28.740	3.179	-	31.919	6.267	(196)	37.990
Edificações	(b) 2.000	-	-	2.000	-	(2.000)	-
Direito de uso	(a) 45.312	5.984	-	51.296	2.947	-	54.243
Outros imobilizados	1.486	1	(1.165)	322	-	(30)	292
	<u>138.881</u>	<u>13.121</u>	<u>(363)</u>	<u>151.639</u>	<u>16.946</u>	<u>(2.248)</u>	<u>166.337</u>
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(27.910)	(1.792)	-	(29.702)	(1.756)	-	(31.458)
Benefitorias s/ imóvel locado	(11.928)	(1.620)	-	(13.548)	(1.080)	19	(14.609)
Hardware	(2.913)	(1.291)	363	(3.841)	(1.491)	-	(5.332)
Móveis e utensílios	(2.102)	(298)	-	(2.400)	(241)	-	(2.641)
Instalações industriais	(9.436)	(2.387)	-	(11.823)	(2.852)	190	(14.485)
Edificações	(b) (467)	-	-	(467)	-	467	-
Direito de uso	(a) (7.552)	(8.675)	-	(16.227)	(9.115)	-	(25.342)
Outros imobilizados	(35)	(6)	-	(41)	(3)	30	(14)
	<u>(62.343)</u>	<u>(16.069)</u>	<u>363</u>	<u>(78.049)</u>	<u>(16.538)</u>	<u>706</u>	<u>(93.881)</u>
Valor líquido	76.538	(2.948)	-	73.590	408	(1.542)	72.456
Consolidado							
	31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020	Adições	Baixa	31/12/2021
Custo							
Máquinas e equipamentos	36.724	2.018	-	39.642	9.750	-	49.392
Benefitorias s/ imóvel locado	19.179	249	-	19.428	342	(22)	19.748
Hardware	4.871	2.519	802	8.192	4.195	-	12.387
Móveis e utensílios	3.696	253	-	3.949	973	-	4.922
Instalações industriais	36.354	3.246	-	39.600	7.914	(196)	47.318
Edificações	(b) 2.000	-	-	2.000	-	(2.000)	-
Direito de uso	(a) 50.033	6.413	-	56.446	4.280	-	60.726
Outros imobilizados	1.486	1	(1.165)	322	27	(30)	319
	<u>154.343</u>	<u>15.599</u>	<u>(363)</u>	<u>169.579</u>	<u>27.481</u>	<u>(2.248)</u>	<u>194.812</u>
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(28.085)	(1.944)	-	(30.029)	(2.330)	-	(32.359)
Benefitorias s/ imóvel locado	(12.224)	(1.733)	-	(13.957)	(1.197)	19	(15.135)
Hardware	(2.953)	(1.347)	363	(3.937)	(1.578)	-	(5.515)
Móveis e utensílios	(2.247)	(320)	-	(2.576)	(285)	-	(2.861)
Instalações industriais	(11.274)	(3.152)	-	(14.426)	(3.687)	190	(17.923)
Edificações	(b) (467)	-	-	(467)	-	467	-
Direito de uso	(a) (8.339,00)	(9.509)	-	(17.848)	(10.263)	-	(28.111)
Outros imobilizados	(36)	(5)	-	(41)	(3)	30	(14)
	<u>(65.625)</u>	<u>(18.019)</u>	<u>363</u>	<u>(83.281)</u>	<u>(19.343)</u>	<u>706</u>	<u>(101.918)</u>
Valor líquido	88.718	(2.420)	-	86.298	8.138	(1.542)	92.894

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

A Companhia efetuou durante 2021, a revisão da vida útil dos bens do seu ativo imobilizado e não identificou alterações necessárias.

a) Passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Passivo de arrendamento	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2020	37.373	41.131
Adições	1.765	3.113
Contraprestações Pagas	(10.496)	(11.887)
Juros pagos	2.986	3.283
Saldo em 31/12/2021	31.628	35.640
Circulante	7.874	9.115
Não Circulante	23.754	26.525

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 1/2020, a Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 10,86% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 8,50% a.a.

O Cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

<u>Ano</u>	31 de dezembro de 2021	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	7.874	9.115
2023	8.647	9.983
2024	9.548	10.984
2025	4.081	4.081
2026	1.478	1.477
	<u>31.628</u>	<u>35.640</u>

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	<u>Contraprestação</u>	<u>Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
Controladora	38.402	3.552	2.926
Consolidado	42.881	3.966	3.297

b) Edificações

Em 14 de abril de 2021 a Companhia realizou a venda de imóvel situado na cidade de Ilhéus, Bahia, pelo montante de R\$ 5.000, a operação gerou ganho de capital no montante de R\$ 3.458.

16. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	130.633	15.548	146.181	5.636	151.817
Software	7.458	4.265	11.723	6.113	17.836
Licenças de uso	7	-	7	-	7
	<u>138.098</u>	<u>19.813</u>	<u>157.911</u>	<u>11.749</u>	<u>169.660</u>
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(86.807)	(24.099)	(110.906)	(21.083)	(131.989)
Software	(3.802)	(2.861)	(6.663)	(3.221)	(9.884)
Licenças de uso	(4)	(2)	(6)	(1)	(7)
	<u>(90.613)</u>	<u>(26.962)</u>	<u>(117.575)</u>	<u>(24.305)</u>	<u>(141.880)</u>
Valor líquido	<u>47.485</u>	<u>(7.149)</u>	<u>40.336</u>	<u>(12.556)</u>	<u>27.780</u>
	Consolidado				
	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	132.332	17.715	150.047	9.888	159.935
Software	7.833	4.406	12.239	6.155	18.394
Licenças de uso	12	-	12	-	12
Mais valia Investimentos (b)	19.403	-	19.403	-	19.403
Ágio em controlada (b)	43.109	-	43.109	-	43.109
	<u>202.689</u>	<u>22.121</u>	<u>224.810</u>	<u>16.043</u>	<u>240.853</u>
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(88.506)	(24.099)	(112.605)	(21.191)	(133.796)
Software	(4.031)	(2.949)	(6.980)	(3.294)	(10.274)
Licenças de uso	(4)	(2)	(6)	(1)	(7)
Mais valia Investimentos	(5.010)	(2.386)	(7.396)	(2.386)	(9.782)
	<u>(97.551)</u>	<u>(29.436)</u>	<u>(126.987)</u>	<u>(26.872)</u>	<u>(153.859)</u>
Valor líquido	<u>105.138</u>	<u>(7.315)</u>	<u>97.823</u>	<u>(10.829)</u>	<u>86.994</u>

A Companhia efetuou revisão da vida útil de seus ativos intangíveis e não identificou alterações necessárias.

a) Projetos desenvolvidos internamente

Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos e compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado. Tais dispêndios decorrem do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019 mencionados na nota 8.

A amortização dos investimentos foi fixada, substancialmente, em até 4 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

b) Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados

pela Administração e a taxa de desconto de 12,39% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R\$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida no valor de R\$ 28.936 e R\$ 19.403 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 12,39% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

A Companhia revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e não identificou a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável desses ativos (*impairment*) nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores - mercado externo	583.104	262.240	853.785	325.041
Fornecedores - mercado interno	129.528	151.887	174.306	166.258
Fornecedores convênio (nacionais)	(a) 106.435	40.164	106.435	40.164
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	(b) 51.580	30.672	51.688	30.747
	870.647	484.963	1.186.214	562.210

O prazo médio de pagamento para fornecedores em 31 de dezembro de 2021 é de 122 dias (108 dias em 31 de dezembro de 2020). O ajuste ao valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação presente dos fluxos de caixa futuros. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

- a) Saldos referentes a operações estruturadas da Companhia com seus fornecedores denominadas “*forfaiting*”. A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento dos fornecedores em sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, os fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco, de forma a antecipar o recebimento previsto originalmente nos contratos.

Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não alteram significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais ou qualquer prorrogação do prazo de pagamento para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores. Portanto a Companhia não desreconhece os passivos aos quais essa

modalidade de acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem as mesmas.

Desta forma, os pagamentos efetuados ao banco, quando do vencimento original dos títulos, são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

- b) Os direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de direitos sobre licenças de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao custo amortizado Passivo Circulante	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Debêntures	(a) 4,55% + CDI	-	Até 10/02/2025	Cessão Fiduciária	78.208	-	78.208	-
Capital de Giro	1,80+VC	162,50%	27/01/2021	Nota promissória	-	28.197	-	28.197
Capital de Giro	3,48+VC	100,00%	18/06/2022	Nota promissória	22.494	-	22.494	-
Capital de Giro	4,25%+CDI	-	26/11/2022	Nota promissória	50.231	-	50.231	-
Capital de Giro	136,51%CDI	-	Até 20/08/2021	Nota promissória	-	6.671	-	6.671
Capital de Giro	3,58%+CDI	-	Até 18/08/2022	Nota promissória	30.793	20.352	30.793	20.352
Capital de Giro	200,29%CDI	-	Até 26/05/2023	Nota promissória	55.000	127.170	55.000	127.170
Capital de Giro	3,90%+CDI	-	11/01/2021	Nota promissória	-	-	-	181.093
Capital de Giro	3,80 + CDI	-	Até 20/10/2025	Nota promissória	54.504	20.062	54.504	20.062
Capital de Giro	(a) 2,40% + CDI	-	Até 20/12/2025	Nota promissória	38.314	-	38.314	-
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	-	-	480	2.672
Capital de Giro	5,96%	-	Até 26/11/2023	Nota promissória	-	-	9.644	21.403
FINEP	(b) 5%+TR	-	Até 15/06/2025	Carta fiança	9.635	9.748	9.635	9.748
FINEP	(b) 3,00+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	4.624	289	4.624	289
FINEP	(b) 10,50+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	13.032	898	13.032	898
BNDDES	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta Fiança	-	7.980	-	7.980
FINIMP	2,72%+VC	145,90%	24/05/2021	Nota promissória	-	10.780	-	10.780
FINIMP	3% + VC	100,00%	Até 01/06/2022	Nota promissória	33.237	-	33.237	-
FINIMP	1,89 + VC	331,72%	24/02/2021	Nota promissória	-	-	-	24.058
					390.072	437.298	400.196	461.373
Passivo não circulante								
Debêntures	(a) 4,55% + CDI	-	Até 10/02/2025	Cessão Fiduciária	168.750	-	168.750	-
BNDDES	TJLP + 3%	-	Até 04/12/2023	Carta fiança	-	7.563	-	7.563
Capital de Giro	3,80 + CDI	-	Até 20/10/2025	Nota promissória	58.817	86.037	58.817	86.037
Capital de Giro	(a) 2,40% + CDI	-	Até 20/12/2025	Nota promissória	112.500	-	112.500	-
Capital de Giro	200,29%CDI	-	Até 26/05/2023	Nota promissória	11.905	69.034	11.905	69.034
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	-	-	9.167	7.333
FINEP	(b) 3,00+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	27.526	21.851	27.526	21.851
FINEP	(b) 10,50+TR	-	15/12/2028	Carta fiança	79.133	62.238	79.133	62.238
FINEP	(b) 5,00+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	23.098	32.338	23.098	32.338
Capital de Giro	5,96%	-	Até 26/11/2023	Nota promissória	-	-	9.510	15.167
					481.729	279.061	500.406	301.561
Total de empréstimos e financiamentos					871.801	716.359	900.602	762.934

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("*covenants*") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, exceto para as debêntures e contrato de capital de giro, cujas condições estão descritas no item (a) a seguir.

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota 32.b.

- a) Debêntures e capital de giro

Debêntures

A Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 300.000, com garantia através de cessão fiduciária em conta vinculada, com fluxo mensal mínimo de uma parcela subsequente do valor nominal unitário.

Os recursos foram captados no dia 10 de março de 2021, e foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. As debêntures possuem prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em dezesseis parcelas trimestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou o montante de R\$ 73.867 compreendendo o principal e os juros remuneratórios.

Os seguintes *covenants* estão definidos para a emissora observar semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

i) Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Capital de giro

Durante o exercício corrente, a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes.

O próximo aferimento, de ambos os contratos acima, em relação ao cumprimento dos *covenants* será para a data base de 30 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*.

b) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi

integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrada:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial		716.359	663.896	762.934	712.124
Captações		689.110	651.535	689.110	698.105
Captações - transação não caixa	35	39.939	-	39.939	-
Juros		81.115	55.822	85.917	58.474
Varição/Cobertura cambial		(24.227)	(10.227)	(24.227)	(10.227)
Amortização do principal		(569.976)	(609.365)	(588.090)	(658.452)
Pagamento de juros		(60.519)	(35.302)	(64.981)	(37.090)
Saldo final		871.801	716.359	900.602	762.934

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

31 de dezembro de 2021		
Ano	Controladora	Consolidado
2023	194.909	195.389
2024	144.147	144.627
2025	89.202	97.410
2026	18.013	18.013
> 2026	35.458	44.967
Total	481.729	500.406

19. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	45.760	44.942	50.282	49.974
Provisão para VPC	(b)	14.933	14.532	15.595	15.025
Provisão para comissões	(c)	18.370	16.756	23.757	20.568
Provisão para rebate	(d)	23.146	20.082	23.581	20.082
Provisão para royalties	(e)	6.982	2.282	7.160	2.516
Provisão para investimento em P&D	(f)	24.816	19.122	30.271	21.277
Outras provisões		4.017	6.427	7.434	11.920
		138.024	124.143	158.080	141.362
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	46.211	19.306	46.211	19.306
		184.235	143.449	204.291	160.668

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

20. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da subvenção para investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, no passivo sob a rubrica de receita diferida o montante R\$ 4.759 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.753 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) respectivamente. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 16.a.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Adiantamento de clientes	14.701	14.140	17.936	18.441
Receita antecipada	686	1.275	726	1.349
Contas a pagar por aquisição de controlada (a)	-	-	26.799	36.808
Recuperação Fiscal de Curitiba (REFIC) (b)	-	18.227	-	18.227
Honorários jurídicos (c)	-	9.832	-	9.832
Contas a pagar	4.166	2.782	4.819	3.797
	19.553	46.256	50.280	88.454
Circulante	19.455	45.569	32.751	59.942
Não Circulante	98	687	17.529	28.512

a) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi pago o montante de R\$ 10.009 referente a essa aquisição. Os valores são atualizados anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais da investida, de acordo com cláusulas contratuais.

O saldo a pagar possui o seguinte cronograma de liquidação:

Consolidado	
Ano	Valor R\$
2022	9.374
2023	6.689
2024	6.535
2025	4.201
	26.799

b) Em 07 de dezembro de 2020 foi editada a Lei Complementar nº 125/2020 que instituiu o programa de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC). Dado o entendimento adotado pelo STF nas ADIs nº 5.659 e 1.945 quanto à tributação do ISS, com fundamento na avaliação de risco de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia incluiu os débitos objeto de processos administrativos e judiciais relativos ao período compreendido entre 1998 e 2015 no REFIC, na modalidade de pagamento a vista, com redução de 100% de juros e multa. Os valores foram integralmente liquidados em 2021, pelo montante de R\$ 18.227.

c) Valores referentes a honorários de êxito em processos judiciais, sendo que o montante em 2020 decorre principalmente do processo judicial descrito na nota explicativa 8(c).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	200.258	266.870	208.237	272.389
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(68.088)	(90.736)	(70.801)	(92.612)
Exclusão equivalência patrimonial	28.039	8.005	1.414	382
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	26.438	13.465	29.667	18.391
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	93.521	31.206	97.939	26.280
Arrendamento mercantil	(546)	(340)	(564)	(372)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(79.364)	(49.116)	(51.634)	(40.233)
IRPJ/CSLL apurados	-	(87.516)	6.021	(88.164)
Gastos com pesquisa e inovação tecn. Lei 11.196/05	-	11.617	-	11.617
Despesa contabilizada	-	(75.899)	6.021	(76.547)
Imposto de Renda e contribuição social correntes	-	(14.359)	(4.712)	(15.139)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(61.540)	(629)	(61.408)
	-	(75.899)	(5.341)	(76.547)

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

Natureza	Controladora e Consolidado			
	31/12/2020	Provisões		31/12/2021
		Reversões	Pagamentos	
Cível	7.914	4.539	(2.663)	9.790
Tributária	13.229	5.989	(795)	18.423
Trabalhista	18.766	960	(2.370)	17.356
Total	39.909	11.488	(5.828)	45.569
Circulante	5.412			5.985
Não Circulante	34.497			39.584

Cível

Processos judiciais envolvendo questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	341.148	300.032
Cíveis		
Órgão Público e		
Empresas Privadas (b)	15.724	81.765
Consumidor	1.535	1.852
	358.407	383.649

- a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R\$ 293.206 em 2021 (R\$ 254.160 em 2020)):
- (i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.
 - (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
 - (iii) IPI – Processos fiscais discutindo a incidência de IPI referente a revenda de produtos importados via Trading.
 - (iv) II – Utilização de liminar favorável em processo discutindo a aplicação de CRA fixo para apuração do imposto de importação na Zona Franca de Manaus;
 - (v) PIS e COFINS – Processos fiscais discutindo a glosa de créditos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia e PER/DCOMP não homologadas.
 - (vi) IRPJ – Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.
- b) Cíveis (órgãos públicos – principais valores totalizam R\$ 10.909 em 2021 (R\$ 73.680 em 2020))

(i) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ação Ordinária tendo por objeto evitar a inscrição no SICAF, CADIN e similares, suspender exigibilidade das multas e anular penalidades (atrasos de chamados técnicos).

(ii) Prefeitura de São Paulo – Processo judicial que tem por objeto suspender a exigibilidade de multa administrativa por suposto atraso na entrega de equipamentos de informática a contratante.

(iii) Estado de Pernambuco – Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, líquido do gasto com emissão de ações é de R\$ 721.670.

A composição do capital social, bem como a distribuição das ações é conforme segue:

	Capital social	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Capital Social	742.700	742.700
Gasto com emissão de ações	(21.030)	(21.030)
	721.670	721.670

	Quantidade de ações (unidades)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Acionistas		
Controladores	63.431.794	62.093.094
Não controladores, partes relacion	26.100	2.500
Ações em tesouraria	2.022.008	1.402.408
Ações em circulação	76.320.098	78.301.998
	141.800.000	141.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 4 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Controladores diretos	Quantidade de ações ordinárias	
	(Em Unidades)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Hélio Bruck Rotenberg	15.418.919	13.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	3.736.207	3.806.207
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.696.506	3.806.206
Sofia Guimarães Von Ridder	3.589.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.320.306	3.806.206
Lucas Raduy Guimarães	4.414.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.418.540	4.139.540
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	63.431.794	62.093.094

b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Reserva de Subvenção para investimentos (i)	118.132
Reserva de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii)	1.807	1.279
	119.939	119.411

(i) Reserva de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 33.

c) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	341.208
Reserva legal (ii)	20.211	10.198
	361.419	211.233

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser

distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal deverá ser constituída anualmente, e o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não poderá exceder 30% do capital social. A Companhia deverá destinar uma parcela de 5% do lucro líquido do exercício para constituição dessa reserva, sendo que essa parcela destinada não poderá exceder 20% do capital social.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de *hedge*, conforme nota 32.

e) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 um total de 2.022.008 de ações em tesouraria (1.402.408 em 31 de dezembro de 2020), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 10,45 (dez reais e cinquenta e quarenta e cinco centavos), no total de R\$ 21.128, (em 31 de dezembro de 2020, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R\$ 13.325).

f) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.055 de dividendos. Os dividendos foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, e pagos em três parcelas, sem correção monetária, durante o ano de 2021. Adicionalmente, houve pagamento no montante de R\$ 4.032 aos acionistas não controladores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.561 de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota 24(c).

g) Apropriação do lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, cuja parcela destinada não excederá 20% do capital social.

25. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta da venda de produtos	3.601.637	2.251.952	3.827.333	2.481.962
Receita bruta de serviços prestados	89.976	75.488	159.246	103.478
Receita Bruta Total:	3.691.613	2.327.440	3.986.579	2.585.440
Menos:				
Impostos sobre vendas	(732.403)	(430.110)	(779.923)	(492.296)
Subvenção para investimento (a)	381.625	225.522	403.391	226.757
Devoluções e abatimentos	(136.999)	(66.319)	(153.013)	(62.769)
Verba de propaganda cooperada e rebate (b)	(93.524)	(64.910)	(91.547)	(64.959)
Receita líquida	3.110.312	1.991.623	3.365.487	2.192.173

- a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimento estão descritos na nota 8.(a).
- b) Maiores informações sobre os valores reconhecidos como verba de propaganda cooperada (VPC) e rebate estão descritos na nota 19.(b) e 19.(d).

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(2.390.202)	(1.559.017)	(2.480.105)	(1.669.707)
Despesas com pessoal	(201.949)	(141.344)	(246.160)	(160.301)
Despesas gerais	(38.944)	(39.883)	(55.250)	(45.744)
Despesa com serviços com terceiros	(40.042)	(63.553)	(42.318)	(72.752)
Despesa com comissões	(46.146)	(32.701)	(54.885)	(42.105)
Depreciação e amortização	(39.135)	(40.906)	(42.344)	(46.102)
Provisão para garantias	(96.586)	(56.491)	(97.345)	(58.238)
Outras despesas operacionais líquidas	(98.222)	(55.023)	(105.674)	(58.179)
	(2.951.226)	(1.988.918)	(3.124.081)	(2.153.128)
Custo dos produtos vendidos	(2.466.596)	(1.609.151)	(2.596.881)	(1.743.427)
Despesas com vendas	(350.916)	(253.994)	(363.763)	(272.919)
Despesas gerais e administrativas	(133.714)	(125.773)	(163.437)	(136.782)
	(2.951.226)	(1.988.918)	(3.124.081)	(2.153.128)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais e vendas de servidores. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos principais segmentos:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2021			
	Varejo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.572.134	1.143.312	115.917	2.831.363
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.168.021)	(936.828)	(97.750)	(2.202.599)
Lucro bruto	404.113	206.484	18.167	628.764
Despesas operacionais	(254.422)	(129.458)	(1.886)	(385.766)
Resultado antes do resultado financeiro	149.691	77.026	16.281	242.998
Resultado financeiro líquido	(64.539)	(23.946)	113	(88.372)
Lucro antes dos efeitos tributários	85.152	53.080	16.394	154.626
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	(1.631)	(1.631)
Lucro líquido do exercício	85.152	53.080	14.763	152.995

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2020			
	Varejo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.176.139	472.770	239.957	1.888.866
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(909.688)	(422.972)	(196.726)	(1.529.386)
Lucro bruto	266.451	49.798	43.231	359.480
Despesas operacionais	(197.854)	(80.443)	(21.854)	(300.151)
Resultado antes do resultado financeiro	68.597	(30.645)	21.377	59.330
Resultado financeiro líquido	(39.746)	20.152	5.188	(14.406)
Lucro antes dos efeitos tributários	28.851	(10.493)	26.565	44.924
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	(634)	(634)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	28.851	(10.493)	25.931	44.290

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita líquida de vendas		
Segmentos reportáveis	2.831.363	1.888.866
Outras atividades operacionais	534.124	303.307
	3.365.487	2.192.173

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício		
Segmentos reportáveis	152.995	44.290
Outras atividades operacionais	49.901	151.552
	202.896	195.842

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas, nos segmentos reportáveis, não são inclusos o ganho ou perda em equivalências patrimoniais, bem como outras receitas e despesas.

a) Receita dos principais produtos e serviços

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos		
Notebooks	1.822.213	1.015.669
Desktops	358.985	378.960
Urnas Eletrônicas	61.165	-
Tablets	376.952	77.541
Telefones Celulares	296.348	287.830
Servidores e <i>Storages</i>	115.917	239.957
Casa Inteligente	25.759	30.754
Outros	308.148	161.462
	3.365.487	2.192.173

b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 55.546 de vendas no mercado externo (R\$ 45.977 em 2020). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por aproximadamente de 41% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (35% em 2020).

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	13.995	17.195	15.287	19.558
Rendimento aplicação financeira	9.762	8.313	11.257	9.093
Outras receitas financeiras	16.741	30.989	17.162	31.105
	40.498	56.497	43.706	59.756
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(84.101)	(55.822)	(89.200)	(58.474)
Juros pagos e descontos concedidos	(6.879)	(4.024)	(8.687)	(4.287)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(22.762)	(13.081)	(26.673)	(16.409)
Imposto sobre operações financeiras	(1.957)	(4.541)	(1.962)	(4.545)
Despesas bancárias e com ações	(23.497)	(12.257)	(26.585)	(13.930)
Outras despesas financeiras	(5.661)	(2.650)	(5.661)	(2.931)
	(144.857)	(92.375)	(158.768)	(100.576)
Total das receitas e despesas financeiras	(104.359)	(35.878)	(115.062)	(40.820)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	65.328	96.775	65.329	96.775
Perda na cobertura cambial	(29.118)	(27.508)	(29.132)	(27.508)
Ganho na variação cambial	36.763	63.570	53.928	100.803
Perda na variação cambial	(48.588)	(83.942)	(69.975)	(134.537)
	24.385	48.895	20.150	35.533
Resultado financeiro, líquido	(79.974)	13.017	(94.912)	(5.287)

29. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	200.258	190.971
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	140.167	136.178
Lucro por ação - Básico	1,4287	1,4024
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	200.258	190.971
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	140.690	136.359
Lucro por ação - Diluído	1,4234	1,4005

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	137.445
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.633)	(1.267)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	<u>140.167</u>	<u>136.178</u>
Diluído		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	137.445
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.633)	(1.267)
Número médio ponderado de opções	523	181
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	<u>140.690</u>	<u>136.359</u>

30. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

30.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. Não houve alteração nas políticas de gerenciamento de risco desde a publicação das últimas demonstrações financeiras.

a) Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 17) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 18).

	31 de dezembro de 2021			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	1.102	6.150	1.102	6.150
Adiantamentos a fornecedores	21.425	119.561	33.101	184.720
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(113.732)	(634.684)	(162.257)	(905.473)
Empréstimos				
Dólares americanos	(9.987)	(55.731)	(9.987)	(55.731)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	9.987	55.731	9.987	55.731
NDF's - Dólares americanos	63.680	355.366	63.680	355.366
Exposição Líquida 1	(27.525)	(153.607)	(64.374)	(359.237)
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(92.335)	(515.275)	(92.335)	(515.275)
Exposição Líquida 2	(119.860)	(668.882)	(156.709)	(874.512)

	31 de dezembro de 2020			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	1.759	9.140	2.771	14.402
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(55.178)	(286.746)	(67.128)	(348.843)
Empréstimos				
Dólares americanos	(6.704)	(34.838)	(6.704)	(34.838)
Euros (convertido em dólares americanos)	(5.426)	(28.197)	(5.426)	(28.197)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	6.704	34.838	6.704	34.838
Swap - Euros (convertido em dólares)	5.426	28.197	5.426	28.197
NDF's - Dólares americanos	128.009	665.224	128.009	665.224
Exposição Líquida 1	74.590	387.618	63.652	330.783
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(33.517)	(174.178)	(33.517)	(174.178)
Exposição Líquida 2	41.073	213.440	30.135	156.605

Taxa de Câmbio: Em 31 de dezembro de 2021 US\$ 1,00 equivale a R\$ 5,5805 (R\$ 5,1967 em 31 de dezembro de 2020).

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 18. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os

cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Controladora					Total
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2021						
Caixa e bancos		40.234	-	-	-	40.234
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,99	246.918	-	-	-	246.918
Instrumentos financeiros derivativos		2.754	658	1.070	-	4.482
Contas a receber de clientes	100,58	331.296	290.520	65.883	-	687.699
Partes relacionadas		-	-	196.153	-	196.153
		<u>621.202</u>	<u>291.178</u>	<u>263.106</u>	<u>-</u>	<u>1.175.486</u>
31 de dezembro de 2020						
Caixa e bancos		12.450	-	-	-	12.450
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,43	488.284	-	-	-	488.284
Instrumentos financeiros derivativos		4.474	-	-	-	4.474
Contas a receber de clientes	101,16	219.016	331.153	45.330	-	595.499
Partes relacionadas		14.490	-	52.143	-	66.633
		<u>738.714</u>	<u>331.153</u>	<u>97.473</u>	<u>-</u>	<u>1.167.340</u>

	Consolidado					Total R\$
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2021						
Caixa e bancos		63.908	-	-	-	63.908
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,99	295.099	-	-	-	295.099
Instrumentos financeiros derivativos		2.754	658	1.070	-	4.482
Contas a receber de clientes	100,58	358.596	372.176	96.720	-	827.492
Partes relacionadas		-	-	14.502	-	14.502
		<u>720.357</u>	<u>372.834</u>	<u>112.292</u>	<u>-</u>	<u>1.205.483</u>
31 de dezembro de 2020						
Caixa e bancos		53.446	-	-	-	53.446
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,43	490.716	-	-	-	490.716
Instrumentos financeiros derivativos		4.474	-	-	-	4.474
Contas a receber de clientes	101,16	245.494	448.154	59.422	-	753.070
Partes relacionadas		-	-	20.410	-	20.410
		<u>794.130</u>	<u>448.154</u>	<u>79.832</u>	<u>-</u>	<u>1.322.116</u>

Passivos financeiros

	Controladora						Total R\$
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	100,94	307.512	374.934	193.488	-	-	875.934
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	147,75	8.616	71.789	370.187	495.751	31.879	978.222
Partes relacionadas		-	9.810	-	5.627	-	15.437
Arrendamento Mercantil	255,60	866	1.791	8.013	27.729	-	38.399
Outros passivos - não circulante		-	-	-	98	-	98
		<u>316.994</u>	<u>458.324</u>	<u>571.688</u>	<u>529.205</u>	<u>31.879</u>	<u>1.908.090</u>
31 de dezembro de 2020							
Fornecedores	101,30	223.229	192.787	72.886	-	-	488.902
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	314,79	253.362	40.049	159.753	266.787	39.031	758.982
Instrumentos financeiros derivativos		2.354	3.905	2.468	-	-	8.727
Partes relacionadas		-	7.477	-	-	-	7.477
Arrendamento Mercantil	191,48	911	1.823	8.203	32.321	-	43.258
Outros passivos - não circulante		-	-	-	687	-	687
		<u>479.856</u>	<u>246.041</u>	<u>243.310</u>	<u>299.795</u>	<u>39.031</u>	<u>1.308.033</u>
Consolidado							
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total	
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	100,94	473.585	466.954	251.515	-	-	1.192.054
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	147,75	8.776	72.122	390.128	513.936	31.879	1.016.841
Partes relacionadas		-	7.45	-	3.440	-	4.185
Arrendamento Mercantil	255,60	990	2.040	9.132	30.715	-	42.877
Outros passivos - não circulante		-	-	-	17.529	-	17.529
		<u>483.351</u>	<u>541.861</u>	<u>650.775</u>	<u>565.620</u>	<u>31.879</u>	<u>2.273.486</u>
31 de dezembro de 2020							
Fornecedores	101,30	282.966	203.003	80.439	-	-	566.408
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	314,79	254.503	42.337	178.934	293.740	39.031	808.545
Instrumentos financeiros derivativos		2.354	3.905	2.468	-	-	8.727
Partes relacionadas		-	1.213	-	4.393	-	5.606
Arrendamento Mercantil	191,48	1.002	2.004	9.017	35.579	-	47.602
Outros passivos - não circulante		-	-	-	28.512	-	28.512
		<u>540.825</u>	<u>252.462</u>	<u>270.858</u>	<u>362.224</u>	<u>39.031</u>	<u>1.465.400</u>

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2021. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Saldos patrimoniais		Consolidado				
	31 de dezembro de 2021		Cenários				
	Ativo/Passivo (R\$)	Nocional (USD)	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos							
<i>Swap</i> de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US\$/EUR para R\$ (CDI) com <i>Swap</i>	1.862	9.987	(8.106)	(10.133)	(12.159)	(6.080)	(4.053)
Empréstimos							
Em US\$ / EUR	(55.731)	(9.987)					
Empréstimos							
Em CDI	(844.871)	n/a	(271.472)	(339.340)	(407.208)	(203.604)	(135.736)
Exposição líquida			(279.578)	(349.473)	(419.367)	(209.684)	(139.789)
Instrumentos financeiros derivativos							
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação							
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	2.620	63.680	(2.754)	85.911	174.580	(91.406)	(180.068)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira							
US\$ para R\$	(905.473)	(162.257)	9.667	(123.487)	(256.642)	142.822	275.977
Exposição líquida 1		(98.577)	6.913	(37.576)	(82.062)	51.416	95.909
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo							
US\$ para R\$	(515.275)	(92.335)	1.046	(127.512)	(256.070)	129.604	258.162
Exposição líquida 2			7.959	(165.088)	(338.132)	181.020	354.071
Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro			(271.619)	(514.561)	(757.499)	(28.664)	214.282

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

30.2. Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	871.801	716.359	900.602	762.934
Derivativos Swap	(1.862)	(4.474)	(1.862)	(4.474)
Caixa e equivalentes	(287.152)	(500.734)	(359.007)	(544.162)
Dívida líquida (a)	582.787	211.151	539.733	214.298
Dívida				
Empréstimos - terceiros	871.801	716.359	900.602	762.934
Derivativos Swap	(1.862)	(4.474)	(1.862)	(4.474)
Derivativos NDF	(2.620)	8.727	(2.620)	8.727
Caixa e equivalentes	(287.152)	(500.734)	(359.007)	(544.162)
Dívida líquida (b)	580.167	219.878	537.113	223.025
Patrimônio Líquido	1.171.831	1.021.914	1.181.661	1.033.138
Índice endividamento líquido (a)	0,50	0,21	0,46	0,21
Índice endividamento líquido (b)	0,50	0,22	0,45	0,22

- a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).
- b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).

30.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado			Valor justo Nível
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2021							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	37.294	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	2.620	1.862	-	2.620	1.862	-	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	740.588	-	-	883.084	-
Adiantamentos para aquisição de estoques	-	-	119.561	-	-	184.720	-
Partes relacionadas	-	-	196.153	-	-	14.502	-
Caixa e equivalentes de caixa	287.152	-	-	359.007	-	-	1
	289.772	1.862	1.056.302	398.921	1.862	1.082.306	
31 de dezembro de 2020							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	22.000	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.474	-	-	4.474	-	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	629.019	-	-	788.223	-
Adiantamentos para aquisição de estoques	-	-	81.108	-	-	102.360	-
Partes relacionadas	-	-	66.633	-	-	20.410	-
Caixa e equivalentes de caixa	509.734	-	-	544.162	-	-	1
	509.734	4.474	776.760	566.162	4.474	910.993	

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado			Valor justo Nível
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2021							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos	-	-	871.801	-	-	900.602	2
Arrendamento mercantil	-	-	31.628	-	-	35.640	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	890.200	-	-	1.236.494	-
Partes relacionadas	-	-	15.437	-	-	4.185	-
	-	-	1.809.066	-	-	2.176.921	
31 de dezembro de 2020							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Instrumentos financeiros derivativos	8.727	-	-	8.727	-	-	2
Empréstimos	-	-	716.359	-	-	762.934	2
Arrendamento mercantil	-	-	37.373	-	-	41.131	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	531.219	-	-	650.664	-
Partes relacionadas	-	-	7.477	-	-	5.606	-
	8.727	-	1.292.428	8.727	-	1.460.335	

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado					
	Nocional (USD)		31/12/2021		31/12/2020	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF) (a)	63.680	128.009	2.620	-	-	8.727
Swap de taxas de juros (b)	9.987	12.130	1.862	-	4.474	-
	73.667	140.139	4.482	-	4.474	8.727

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2021, a

Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Dez/20 a Dez/21	janeiro-22	33.217	5,5042
Jun/21 a Dez/21	fevereiro-22	8.381	5,5105
Ago/21 a Dez/21	março-22	5.370	5,6127
Ago/21 a Dez/21	abril-22	5.516	5,6748
Ago/21 a Dez/21	maio-22	1.682	5,7453
Ago/21 a Dez/21	junho-22	7.279	5,8146
Ago/21 a Dez/21	julho a dezembro -22	2.235	5,8237
		63.680	5,6123

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu R\$ 36.210 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 31 de dezembro de 2020 ganho de R\$ 69.267).

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) para proteção de transações futuras altamente prováveis.

A partir de 1º de abril de 2021 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos de contrato a termo (NDF) para proteção de transações futuras altamente prováveis de compras de insumos em moeda estrangeira.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a Companhia designa, no início da operação, a relação entre os itens protegidos e os instrumentos de hedge, de acordo com os objetivos da gestão de risco e as estratégias de proteção.

A Companhia identifica suas exposições provenientes das projeções de compras futuras de insumos, e em seguida, contrata instrumentos financeiros derivativos Contratos à Termo (NDF) para proteger os riscos identificados. Ao fazer a designação para hedge accounting, a Companhia associa essas projeções de compras aos instrumentos financeiros contratados.

O reconhecimento do *hedge accounting* possui efeitos prospectivos, ou seja, a partir da data de designação da cobertura para a contabilidade de hedge. Assim, no hedge de fluxo de caixa, o item protegido passará a ser considerado parte de uma relação de hedge (*hedge accounting*) a partir da data de designação, isso também se aplica à variação do valor justo do instrumento de hedge atribuível ao risco coberto, que começará a ser contabilizada no patrimônio líquido somente a partir da data de designação.

Quando o objeto de hedge for um passivo reconhecido somente o custo de hedge estará represado no patrimônio líquido, portanto, ele deverá ser baixado à medida que o passivo for liquidado.

A descontinuidade do *hedge accounting* é prospectiva, então todo componente do valor justo da NDF contabilizado na reserva de hedge, considerado eficaz, será mantido no Patrimônio Líquido, a não ser que não se espere mais que ocorra a compra parcial ou total do estoque.

Periodicamente a Companhia realizará testes de efetividade para determinar qual parte da variação no valor justo dos instrumentos de hedge contratados deverá ter contrapartida no Patrimônio Líquido e qual parte deverá ter contrapartida no resultado do exercício.

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Consolidado			
				USD	Valor Justo	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no período
NDF - proteção contas a pagar - US\$/R\$	Moeda	BRL	344.624	61.755	2.843	(2.155)	(2.155)

b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média contratada do CDI foi de 127,35% (em 31 de dezembro 2020, 253,50%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swaps", documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Consolidado			
				USD	Valor Justo	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no período
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	55.731	9.987	1.862	(1.738)	3.043

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do hedge é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 9.987 de valor “notional” R\$ 55.731. Foi reconhecida em “outros resultados abrangentes” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um ganho líquido de R\$ 3.043 (em 2020 ganho líquido de R\$ 720), e no resultado financeiro um ganho líquido de R\$ 2.988 (em 2020 ganho líquido de R\$ 157.485). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no período findo em 31 de dezembro de 2021:

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31 de dezembro de 2021	
			Valor Nocial USD mil	USD Contratado
Nov/21 e Dez/21	Mai/22 e Jun/22	4131	4.031	5.5868
Jun/21	Jun/22	FINIMP	5.956	5.0500
			9.987	5.2667

33. PLANO DE RECOMPRA E AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro

(titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programas”), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui planos em aberto que totalizam 1.400.000 opções, os quais são demonstrados a seguir:

Programa	Lote	Data Outorga	Exercício a partir de	Preço Opção	Qtd. De Opções	Opções exercidas em 2021	Qtd. Opções em aberto em 31/12/2021	Preço de Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2021	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2021	Total da Reserva
2017	2	30/06/2017	2020	1,7721	144.462	(144.462)	-	3,10	5,26	256	-	-
2017	3	30/06/2017	2021	1,4895	229.613	(229.613)	-	3,10	5,26	342	-	-
2018-I	2	06/03/2018	2020	0,6827	85.137	(78.187)	6.950	3,45	5,73	135	-	11
2018-I	3	06/03/2018	2021	0,7763	204.638	(195.588)	9.050	3,45	5,73	183	-	8
2019-II	1	24/04/2019	2021	0,9462	24.000	(24.000)	-	2,29	3,46	23	-	-
2019-II	2	24/04/2019	2022	0,9540	42.000	-	42.000	2,29	3,46	40	(15)	39
2019-II	3	24/04/2019	2023	0,9741	54.000	-	54.000	2,29	3,46	52	(14)	39
2019-III	1	02/08/2019	2021	2,2950	12.000	(12.000)	-	2,52	3,74	27	-	-
2019-III	2	02/08/2019	2022	2,6635	21.000	-	21.000	2,52	3,74	56	(23)	56
2019-III	3	02/08/2019	2023	2,8840	27.000	-	27.000	2,52	3,74	78	(23)	55
2020-I	1	04/02/2020	2022	1,9248	12.000	-	12.000	9,60	13,86	23	(12)	23
2020-I	2	04/02/2020	2023	2,6173	21.000	-	21.000	9,60	13,86	55	(19)	36
2020-I	3	04/02/2020	2024	3,1760	27.000	-	27.000	9,60	13,86	86	(22)	42
2020-II	1	30/04/2020	2022	3,1216	18.000	-	18.000	3,28	4,64	56	(34)	57
2020-II	2	30/04/2020	2023	3,5927	31.500	-	31.500	3,28	4,64	113	(42)	70
2020-II	3	30/04/2020	2024	3,8974	40.500	-	40.500	3,28	4,64	158	(43)	72
2020-III	1	09/07/2020	2022	1,7918	56.000	-	56.000	5,44	7,56	112	(98)	98
2020-III	2	09/07/2020	2023	2,3198	98.000	-	98.000	5,44	7,56	253	(135)	135
2020-III	3	09/07/2020	2024	2,7364	126.000	-	126.000	5,44	7,56	384	(147)	147
2020-III	1	29/07/2020	2022	0,9585	60.000	-	60.000	5,44	7,39	57	(49)	66
2020-III	2	29/07/2020	2023	1,3584	105.000	-	105.000	5,44	7,39	143	(66)	92
2020-III	3	29/07/2020	2024	1,6789	135.000	-	135.000	5,44	7,39	227	(74)	102
2020-IV	1	17/12/2020	2022	0,9637	32.000	-	32.000	5,06	6,02	31	(31)	31
2020-IV	2	17/12/2020	2023	1,3766	56.000	-	56.000	5,06	6,02	77	(39)	39
2020-IV	3	17/12/2020	2024	1,7133	72.000	-	72.000	5,06	6,02	123	(42)	42
2021-I	1	21/01/2021	2023	0,7433	14.000	-	14.000	4,89	5,61	10	(5)	5
2021-I	2	21/01/2021	2024	1,0163	24.500	-	24.500	4,89	5,61	25	(9)	9
2021-I	3	21/01/2021	2025	1,2533	31.500	-	31.500	4,89	5,61	39	(9)	9
2021-II	1	01/05/2021	2023	6,7585	56.000	-	56.000	11,29	12,10	378	(152)	152
2021-II	2	01/05/2021	2024	7,5200	98.000	-	98.000	11,29	12,10	737	(185)	185
2021-II	3	01/05/2021	2025	8,0988	126.000	-	126.000	11,29	12,10	1.020	(187)	187
					<u>2.083.850</u>	<u>(683.850)</u>	<u>1.400.000</u>			<u>5.299</u>	<u>(1.475)</u>	<u>1.807</u>

- O valor de mercado da opção em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 10,90 (cotação da ação na Bolsa de Valores na referida data);
- O preço corrigido pelo IGPM é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento dessas demonstrações financeiras;
- A despesa apropriada é o valor reconhecido no resultado do período referente aos planos de remuneração baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o

montante de R\$ 1.475 (R\$ 431 em 31 de dezembro de 2020) de despesa referente aos planos no resultado do exercício;

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram exercidas 683.850 opções, sendo 374.075 referente aos programas de 2017, 273.775 referente aos programas de 2018 e 36.000 refere aos programas de 2019, resultando em uma entrada no caixa da Companhia pelo exercício no montante R\$ 3.371, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Conseqüentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 6.829 e R\$ 947, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros no valor de R\$ 2.511.

34. SEGUROS – CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Limite de garantia	Vigência	
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	849.742	01/05/2021	a 01/05/2022
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	92.613	01/10/2021	a 30/09/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	677	07/08/2021	a 07/08/2024
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	4.516	06/06/2019	a 06/06/2022
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	9.783	11/12/2019	a 11/12/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	8.246	14/06/2020	a 15/06/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	65.332	22/04/2020	a 07/04/2025
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	27.873	07/05/2020	a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	5.553	16/04/2020	a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	65.893	13/07/2021	a 13/07/2023
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores e riscos ambientais	150.000	30/10/2021	a 30/10/2022
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil Geral	5.000	30/04/2021	a 30/04/2022
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	12.052	03/11/2020	a 03/02/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	19.637	22/12/2020	a 22/03/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	7.565	28/12/2020	a 27/06/2022
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	8.625	14/04/2021	a 18/06/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	14.948	14/04/2021	a 03/02/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	24.547	15/04/2021	a 22/03/2024
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	4.941	09/09/2021	a 09/12/2022
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	19.141	27/10/2021	a 27/01/2023
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	7.192	29/11/2021	a 20/02/2023

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia captou o montante de R\$ 39.939 de linhas de crédito de financiamento à importação (FINIMP). Nessa modalidade, o financiamento é obtido junto a instituição de crédito e os recursos são repassados diretamente ao fornecedor no exterior, não tendo, portanto, impacto direto no caixa da Companhia.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Em 11 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, no valor total de até R\$ 350.000. As debêntures terão prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em sete parcelas semestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2023. Os juros remuneratórios serão

pagos semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, sendo primeiro pagamento em agosto de 2022.

Os recursos obtidos com a emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

As condições gerais da Emissão e da Garantia encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia desta data, a qual se encontra disponível na página da Companhia e da CVM na rede mundial de computadores.

O processo de emissão das debêntures foi concluído em 14 de fevereiro de 2022, no montante e condições aprovados pelo Conselho de Administração.

Aporte de capital em controlada

No dia 17/03/2022 o Conselho de Administração autorizou o aporte de capital nas investidas Boreo Indústria de Componentes Ltda. e Positivo Distribuição e Comércio Ltda., nos montantes de R\$ 35.000 e R\$ 30.000 respectivamente, utilizando créditos que a Companhia detinha com essas controladas.

POSITIVO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Mensagem aos acionistas,

Se pudermos escolher uma única palavra para definir o ano de 2021, esta seria “diversificação”. A Positivo Tecnologia nunca esteve tão diversificada, tanto em produtos quanto em seus correlatos segmentos de atuação, o que é refletido nos sólidos resultados que vem sendo entregues a cada trimestre. Nos orgulhamos em dizer que voltamos a ser uma Companhia de crescimento, pautado em anos de experiência no desenvolvimento de tecnologia de hardware e equipe dedicada em entregar sempre os melhores produtos e serviços a nossos clientes.

Assim, finalizamos 2021 com um resultado das operações ainda superior ao apresentado em 2020, o que demonstra o acerto da estratégia adotada e avançando no processo de transformação e diversificação de receitas da Positivo Tecnologia. A continuidade da forte demanda por hardware e serviços, em todos os segmentos de atuação da Companhia, e o amadurecimento das nossas ‘Avenidas de Crescimento’, nos permitiram encerrar o período com faturamento recorde de R\$ 4 bilhões, crescimento de 54% ao longo dos últimos doze meses. Atentos às necessidades e oportunidades do mercado, a inovação e a agilidade fizeram com que a diversificação das receitas passasse a fazer parte do dia-dia da Companhia, tornando-se em importantes vetores de crescimento.

Mesmo diante de todos os desafios enfrentados no ano, como logística e escassez de suprimentos, consequências da pandemia global da Covid-19, continuamos crescendo e melhoramos nossa rentabilidade, concluindo 2021 com EBITDA Recorrente de R\$ 345 milhões, aumento de 112% YoY, e Lucro Líquido Recorrente de R\$ 203 milhões, uma evolução de 255% em doze meses.

Na Unidade de Negócios Consumer tivemos importantes avanços ao longo do ano, como a parceria para fabricação de notebooks da marca Compaq e a parceria com a *Transsion Holding* para vendas de *smartphones* Infinix no Brasil, que foi sucesso de vendas em seu lançamento. Em Casa Inteligente, seguimos aumentando nossa base de clientes e firmando importantes parcerias corporativas, fortalecendo, assim, a penetração da marca no mercado.

Um marco importante em 2021 foi o crescimento da Unidade de Negócios Corporativos que vem aumentando sua representatividade em nossa receita. Apresentamos vendas recordes de equipamentos, tanto para grandes corporações como para pequenas e médias empresas, e ainda ampliamos nosso *market share* neste segmento. O negócio HaaS (Hardware as Service) obteve demanda como nunca vista e já representa em torno de 40% do faturamento das vendas para grandes empresas. Destaque também para o R-HaaS, com as vendas e locações de equipamentos usados e remanufaturados, que ganhou tração ao longo do ano e representa uma importante contribuição para promover a cultura da economia circular.

Vale a pena destacar a Avenida de Crescimento de Soluções de Pagamento. Com o final do período de exclusividade junto a Cielo, passamos a ganhar escala na área de Soluções de Pagamento Inteligentes, passando a atender um mercado endereçável expressivo e que engloba todos os adquirentes e sub-adquirentes do país, como é o exemplo do contrato com a Stone firmado em novembro. Em novembro anunciamos a parceria com a

Nexgo para produção e fornecimento de novos modelos de POS voltados a empresas de todos os portes, o que reforça nosso posicionamento neste mercado e amplia nossa capacidade de geração de negócios.

Na Unidade de Instituições Públicas, seguimos com resultados crescentes, entregando até dezembro uma Receita Bruta 134% superior ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos projetos já ganhos (contratados e a contratar), perfazemos o montante de mais de R\$ 2,0 bilhões para os próximos períodos (*ex-urnas eletrônicas* para as eleições de 2022), além de reconhecermos um pipeline bastante aquecido em novas licitações a serem disputadas pelo setor. Ainda, em dezembro, vencemos nova licitação para fornecimento de mais 176 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024.

Adicionalmente, ficamos muito felizes em anunciar que nossa Reunião Pública com Analistas e Investidores (Investor Day) ficou entre as 10 reuniões mais bem avaliadas pelos analistas de investimentos (APIMEC Brasil) no ano de 2021. O referido prêmio reconhece as companhias que melhor se comunicaram com o mercado e recompensa o empenho e dedicação de nossa equipe de Relações com Investidores em seu esforço de ampliar a aproximação da Companhia e seus executivos junto a seus investidores, acionistas, analistas e demais stakeholders. Esta evolução dos resultados entregues pela Companhia, aliada a uma sólida governança e proativa comunicação com o mercado, culminou no aumento de liquidez de nossas ações ao longo do ano e ingresso no índice IBOV em janeiro/2022.

Entramos em 2022 com início das atividades de uma nova Avenida de Crescimento, a Positivo Tech Services, que tem como foco prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil, com assistência técnica a computadores, notebooks e tablets de todas as marcas do mercado. A Companhia é a única empresa 100% brasileira a ofertar esse serviço para além de suas próprias marcas, algo inédito no País.

Seguimos confiantes com 2022 e com os próximos anos, e a razão deste otimismo deve-se, principalmente, pela expansão de receita no segmento Corporativo, que combinado ao forte pipeline no segmento de Instituições Públicas e ao crescimento das nossas Avenidas de Crescimento, permitem mais do que compensar a queda estimada pelo IDC do mercado de Consumo de PCs, em torno de 10 a 15% em volume (Brasil) para o ano de 2022.

Continuamos trabalhando na construção de fortes alicerces a fim de nos mantermos como uma das Companhias líderes em tecnologia de hardware no Brasil e, mais uma vez, agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, investidores, clientes e parceiros pela confiança depositada.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2021

- 👍 **Receita Bruta recorde de R\$ 4 bilhões no ano**, registrando forte crescimento pelo segundo ano consecutivo: +54% vs. 2020 e +79% vs. 2019.
- 👍 **Ebitda anual de R\$ 345 milhões: +112% vs 2020** e +145% vs 2019.
- 👍 **Lucro líquido recorrente de R\$ 203 milhões no ano, + 255% vs. 2020** e +873% vs. 2019.
- 👍 **Diversificação das receitas e amadurecimento das avenidas de crescimento**, com maior representatividade dos segmentos de soluções de pagamentos e serviços na Unidade Corporativo, reafirmando mudança do mix do portfólio e aumento da rentabilidade no ano.
- 👍 Alongamento de dívida e maior participação no mercado de capitais por meio de **emissão de debêntures no montante de R\$ 350 milhões** em Fevereiro/22.
- 👍 **Elevação do rating corporativo** pelas agencias S&P e Fitch Ratings.
- 👍 **Ingresso das ações da Companhia (POSI3) no IBOV em janeiro/22**, reflexo do aumento de liquidez do papel nos últimos 12 meses.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços. Conforme quadro abaixo, para melhor compreensão dos negócios da Companhia, as Unidades de Negócios estão ilustradas por linhas de produtos:

	CONSUMER	CORPORATIVO	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
Core Business	Computadores		
	Telefones Celulares		
	Tablets		
	Periféricos		
Avenidas de Crescimento	Servidores & Soluções		
	Soluções de Pagamento		
	Positivo Tech Services		
	Hardware as a Service - HaaS		
	Projetos Especiais (Urnas Eletrônicas)		
	IoT - Casa Inteligente		
	Tecnologia Educacional		

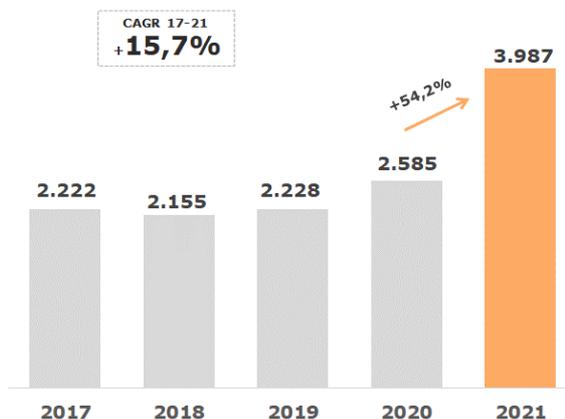
DESEMPENHO FINANCEIRO ¹

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta

(R\$ milhões)

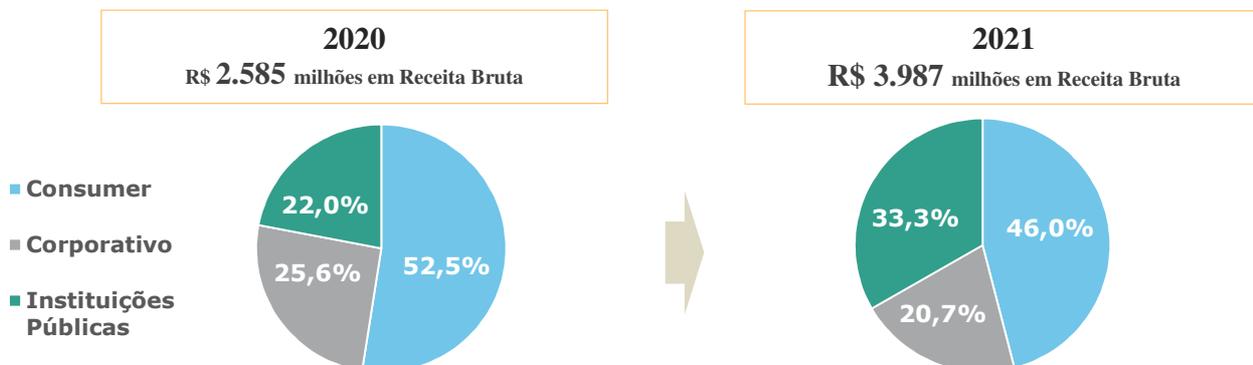


A Receita Bruta de 2021 alcançou R\$ 3.987 milhões, 54,2% maior do que a Receita Bruta reportada no mesmo período de 2020.

O aumento da Receita Bruta ao longo do ano de 2021 deve-se principalmente: (i) à forte demanda em todas as Unidades de Negócios, e (ii) ao crescimento das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis.

Importante ressaltar que até o 3T21 o faturamento do segmento de Meios de Pagamento era alocado dentro da Unidade de *Consumer*, porém, por serem vendas diretas para adquirentes e sub-adquirentes, a partir do 4T21 a receita desta Avenida passa a ser alocada na Unidade de Negócios Corporativos, com a base histórica também sendo ajustada para fins de análise comparativa.

Segmentação da Receita Bruta por Unidade de Negócio



¹ Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Nossa **unidade de vendas no varejo (Consumer)**, que representa 46,0% da Receita Bruta da Companhia, encerrou o ano de 2021 com faturamento de R\$ 1.833 milhões, crescimento de 35,1% em relação ao mesmo período de 2020.

A **unidade de vendas corporativas (Corporativo)** finalizou o ano de 2021 com Receita Bruta de R\$ 826 milhões, 24,9% superior a 2020. Além da crescente demanda por computadores por parte das empresas brasileiras, o crescimento anual da Receita Bruta da Unidade, é explicado (i) pelo aumento de 422% da receita bruta do segmento de meios de pagamento, resultado da conquista de novos clientes no período, e (ii) pela crescente demanda por HaaS, cujo faturamento deste segmento ficou 104,5% superior ao ano de 2020.

Já a **unidade de Instituições Públicas**, potencializada por um maior número de licitações no país e pela necessidade de as instituições públicas de ensino ofertarem notebooks e tablets a seus alunos, encerrou 2021 correspondendo a 33% de *share* do faturamento total da Companhia. A Receita Bruta anual da Unidade ficou 133,7% maior que 2020. Convém destacar que cerca de R\$ 74 milhões de receita referente ao projeto das 225 mil urnas eletrônicas (eleições 2022) foi registrada no 4T21, com o montante restante (cerca de R\$ 850 milhões) previstos para serem realizados no primeiro semestre de 2022.

LUCRO BRUTO

MARGEM BRUTA			
<i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados</i>			
	2021	2020	Var.
Receita Bruta Consolidada	3.986.579	2.585.440	54,2%
Descontos e Deduções	(621.092)	(393.267)	57,9%
Receita Líquida Consolidada	3.365.487	2.192.173	53,5%
Matéria Prima e Mão-de-Obra	(2.584.513)	(1.733.160)	49,1%
Serviços Prestados por Terceiros	(219)	(1.845)	(88,1%)
Depreciação e Amortização	(12.149)	(8.422)	44,3%
Custo dos Produtos e Serviços	(2.596.881)	(1.743.427)	49,0%
LUCRO BRUTO	768.606	448.746	71,3%
MARGEM BRUTA	22,8%	20,5%	2,4 p.p.

A Receita Líquida no ano foi de R\$ 3.365 milhões, aumento 53,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2021 o Lucro Bruto ficou em R\$ 768,6 milhões (+71,3% YoY), e Margem Bruta de 22,8%.

A melhora da Margem Bruta no ano reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda das Avenidas de Crescimento.

DESPESAS OPERACIONAIS

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

	2021	2020	Var.
Lucro Bruto	768.606	448.746	71,3%
Receitas/ despesas Operacionais	(465.457)	(171.070)	172,1%
Despesas Comerciais	(363.763)	(272.919)	33,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(163.437)	(136.782)	19,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.158	1.124	269,9%
Outras receitas/despesas operacionais	57.585	237.507	(75,8%)
Resultado Operacional (EBIT)	303.149	277.676	9,2%

No 4T20, obtivemos R\$ 175,7 milhões de ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, refletido na linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais'. Sendo assim, quando excluimos essa receita não recorrente do 4T20, a linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' apresenta aumento de 34% em 2021 vs. 2020.

Com a gradual retomada da economia, dado os efeitos adversos da pandemia global da Covid-19, somado a maior demanda do setor de tecnologia e ao crescente desenvolvimento dos negócios da Companhia, refletindo no aumento da receita bruta de +54%, algumas linhas de despesas importantes para o nosso negócio como marketing, pesquisa e desenvolvimento e comissões sobre vendas voltaram a crescer, porém de forma inferior ao crescimento da receita bruta. Além disso, cabe lembrar que em 2020 tivemos redução de despesas com pessoal devido a adesão à redução de jornada de trabalho no início da pandemia (Lei 14.020/2020).

EBITDA Recorrente

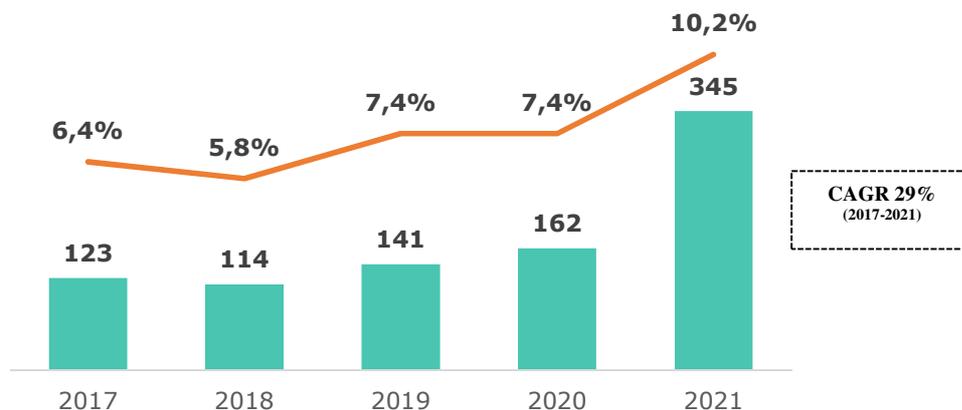
EBITDA Recorrente			
	2021	2020	Var.
EBIT	303.149	277.676	9,2%
Depreciação e Amortização	42.344	46.102	(8,2%)
Outras receitas/despesas não operacionais	(3.458)	-	n/a
EBITDA	342.035	323.778	5,6%
Margem EBITDA	10,2%	14,8%	-4,6 p.p.
Hedge de Matérias Primas	2.835	14.429	(80,4%)
Outras receitas (despesas) não operacionais	-	(175.733)	n/a
EBITDA RECORRENTE	344.870	162.474	112,3%
MARGEM EBITDA RECORRENTE	10,2%	7,4%	2,8 p.p.

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Encerramos o ano com EBITDA Recorrente em R\$ 344,8 milhões, +112,3% superior ao ano anterior, e com margem EBITDA de 10,2%, melhora de 2,8 p.p. comparado a 2020.

Além dos ajustes de hedge de matéria prima, em 2020, conforme mencionado acima, apresentamos ganhos não recorrentes de R\$175,7 milhões obtidos por meio da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

EBITDA Recorrente e Margem EBITDA Recorrente (R\$ milhões)



O consecutivo crescimento anual do EBITDA, conforme ilustrado acima, reflete o ótimo desempenho operacional que a Companhia vem apresentando nos últimos períodos, resultante de uma operação robusta sustentada por um modelo de negócio diversificado e com produtos e serviços de qualidade.

ROIC – Retorno sobre Capital Investido

ROIC

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados.

	2021	2020	Var.
EBIT (LTM)	303.149	277.676	9,2%
IR/CSLL (LTM)	(5.341)	(76.547)	(93,0%)
NOPAT (LTM)	297.808	201.129	48,1%
Capital Empregado	1.639.010	1.139.378	43,9%
Média do Capital Empregado¹	1.389.194	928.052	49,7%
ROIC²	21,4%	21,7%	-0,2 p.p.

1 - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

2 - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em continuidade a uma melhor comunicação junto ao mercado, passamos a divulgar nosso ROIC anualizado. A metodologia utilizada considera o retorno sobre o Capital de Giro, que melhor reflete a realidade do setor em que a Companhia se encontra inserida. No 4T21, o ROIC anualizado alcançou 21,4%, com retração de 0,3 p.p. vs. o 4T20. Essa retração se deve ao maior nível de estoques registrado ao final do 4T21, necessário para assegurar o forte crescimento projetado para 2022, em especial na Unidade de Negócios Instituições Públicas.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO			
<i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais.</i>			
<i>Resultados Consolidados</i>			
	2021	2020	Var.
Receitas Financeiras	43.706	59.756	(26,9%)
Despesas Financeiras	(158.768)	(100.576)	57,9%
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	(115.062)	(40.820)	181,9%
Variação/ Cobertura Cambial	20.150	35.533	(43,3%)
RESULTADO FINANCEIRO	(94.912)	(5.287)	n/a

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (*Hedge Accounting*).

Em 2021, registramos resultado financeiro de R\$ 94,9 milhões negativo contra R\$ 5,3 milhões no ano de 2020. A oscilação do resultado reflete o gradual aumento taxa de juros no país ao longo do período, além do reconhecimento de receita financeira com correção monetária de R\$11,7 milhões em 2020 decorrente do reconhecimento dos ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e menor ganho em variação cambial registrado em 2021 vs. 2020.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE			
<i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais.</i>			
<i>Resultados Consolidados</i>			
	2021	2020	Var.
Lucro Líquido	202.896	195.842	3,6%
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	-	(218.501)	n/a
REFIC ISS Curitiba	-	18.227	n/a
Impairment de tributos diferidos	-	61.540	n/a
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	202.896	57.108	255,3%

Destacamos que em 2020 o resultado do 4T20 foi positivamente impactado por créditos tributários de litígios referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, da liquidação de processos administrativos em disputas relativas a ISS e pela adoção de procedimentos de contabilização ligados aos tributos diferidos.

Para uma base de comparação mais assertiva, apresentamos a reconciliação do Lucro Líquido de acordo com os ajustes reportados nas Demonstrações Financeiras de 2020. Assim, encerramos o ano de 2021 com R\$ 202,9 milhões de Lucro Líquido Recorrente, expressivo crescimento de 255,3% frente ao ano de 2020.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Positivo Tecnologia determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil atribuído aos investidores da Companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Durante o ano de 2021 foram pagos R\$ 48 milhões em proventos, sendo R\$ 0,34 por ação, referente a competência 2020.

INVESTIMENTOS

Em 2021 a Companhia realizou investimentos de R\$ 57 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2021 com Capital Social de R\$ 722 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R\$ 1,2 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 53,8% estão em circulação (*"Free Float"*).

As ações da Companhia fecharam o ano cotadas a R\$ 10,90/ação, com valorização de 120,4% em 2021. A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 6,5 milhões em 2021, representando um volume financeiro diário médio de R\$ 69 milhões.

Ao final de 2021, a Companhia atingiu R\$1.454 milhões de valor de mercado, apresentando uma valorização de 120% em 12 meses, quando o valor de mercado da Companhia era de R\$ 701 milhões. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia aprovado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de junho de 2020 e 10 de junho de 2021.

Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou também a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2021, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG,

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Positivo Tecnologia S.A (“Companhia”), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou: (i) o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes S.A. em 22/03/2022; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Controladoria e Contabilidade. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal, representado pelos membros abaixo assinados, **opina favoravelmente e encaminha para a deliberação dos acionistas da Companhia** em Assembleia Geral Ordinária, o (i) Relatório Anual da Administração e (ii) Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba, 22 de março de 2022.

Conselheiros Fiscais:


Irineu Homan
13177
Irineu Homan


Lincon Lopes Ferraz
Lincon Lopes Ferraz


Guilherme De Padua Aboud
13178
Guilherme de Pádua Aboud